

003ª Audiência Pública 27MAR2025

 Pauta: Debater o [PLE nº 005/25](#).

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (10h05min) Estamos fazendo a abertura da nossa primeira audiência do dia de hoje. Esta audiência foi solicitada pelo Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, o Simpa, em razão do PLE nº 005/25. (Lê.):

Cria Cargos em Comissão (CC) e Funções Gratificadas (FG) a serem lotados na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG), alterando o Anexo I da Lei Complementar nº 1.033, de 2025, que disciplina e estrutura os novos quadros de cargos em comissão da Administração Direta, do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (Previmpa), cria e extingue cargos em comissão, e dá outras providências; e o Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, que estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários da Administração Centralizada do Município; dispõe sobre o Plano de Pagamento e dá outras providências; altera o parágrafo único renumerando-o para § 1º, e inclui os §§ 2º e 3º no art. 6º da Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2023; altera o Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, que estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários da Administração Centralizada do Município; dispõe sobre o Plano de Pagamento e dá outras providências.

Dito isso, gostaria de agradecer a presença de todos. Estamos, neste momento, com 23 participantes na nossa audiência pública, e a audiência está sendo transmitida pelo YouTube da TVCâmara Porto Alegre, pelo canal 1.3 da TV aberta digital e também pelo 516 da NET Claro.

Os regramentos para este momento de audiência serão os seguintes: a Prefeitura Municipal vai dispor de dez minutos para fazer as considerações, apresentando o projeto; o Simpa, que é o autor do pedido desta audiência, terá mais dez minutos na sequência, e, em seguida, nós teremos a abertura do *chat*, onde as pessoas da sociedade civil que assim desejarem poderão manifestar-

se por cinco minutos, uma pessoa a favor do projeto, outra pessoa contrária ao projeto. Os vereadores que desejam fazer parte desta audiência como falantes, como pessoas que querem também expor a sua opinião, também poderão se inscrever. Eu vou pedir para que se inscrevam no nosso grupo de Legislatura, para que eu possa ter a tranquilidade de que todos os vereadores serão atendidos. Eu vou já pedir, de imediato, que o diretor abra o *chat*, para que as pessoas possam se inscrever. É necessário escrever o seu nome completo e dizer: quero falar a favor do projeto, nome completo, ou quero falar contra o projeto. Os cinco primeiros a favor, os cinco primeiros contra serão contemplados. Os vereadores, torno a dizer, eu vou aguardar as inscrições a partir do nosso grupo Legislatura 2025/2028, todos estão no grupo, e ali, por gentileza, os colegas vereadores se inscrevam comigo. O diretor fica inscrevendo a sociedade civil que deseja falar e opinar. Diretor, o senhor tem mais alguma recomendação?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, Presidente, perfeitamente, é tudo o que a senhora falou.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Então, está aberto o *chat*, por gentileza, se inscrevam. Eu passo, de imediato, para a Prefeitura Municipal falar a respeito do projeto que é foco desta audiência pública, o PLE nº 005/25. Sempre quando faltar um minuto, eu vou entrar e dizer “um minuto”.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, só peço a gentileza que o colega da Prefeitura, o secretário, ao falar, se identifique, para os nossos registros.

SR. ANDRÉ FLORES CORONEL: Bom dia, Comandante Nádia, queria cumprimentá-la, cumprimentando todos os vereadores que estão acompanhando a audiência e também todos os que estão nos acompanhando de forma *online*. Estamos aqui, eu, André Flores Coronel, secretário-geral do

governo; o secretário de Planejamento Cesar Schirmer; o secretário-adjunto Jonas e o secretário adjunto da Secretaria-Geral do governo, Gelson, e mais a nossa equipe de assessoramento. Gostaria, inicialmente, de registrar que para nós é importante a audiência pública, para esclarecer e tornar públicas a intenção e a justificativa do governo para a apresentação desse projeto. Todos sabem que a cidade está vivendo um momento ímpar depois do impacto do desastre climático da enchente do ano passado, e isso teve alguns desdobramentos de gestão. É evidente que esses empréstimos vinham sendo trabalhados pela gestão há mais tempo, mas, infelizmente, veio a convergir com essa situação da enchente. No primeiro momento, queria sublinhar este item. É um recurso oriundo de financiamentos nacionais e internacionais que vai ter impacto direto na reconstrução da cidade. A estruturação dele requer a constituição de unidades gestoras para a consecução dos objetivos que são demandados por esses bancos, por essas organizações. Essas unidades gestoras, que depois o secretário Schirmer vai detalhar com mais profundidade, vêm por uma necessidade de ter um dinamismo, de ter uma execução meio que própria com relação às atividades que a Prefeitura desenvolve normalmente. Todos sabem e conhecem a gestão de Porto Alegre e, quiçá, do resto do Brasil. Ela é muito assoberbada, ela tem, diariamente, uma carga de trabalho muito grande e requer uma exigência de enfrentamento da burocracia dia a dia, porque faz parte da tradição administrativa brasileira. Então, para fazer frente a uma execução que os próprios bancos exigem, tem como critério a necessidade de criar quadros profissionais, para acelerar e cumprir tudo o que eles nos propõem com objetivos, com metas estabelecidas, o poder... As instituições financeiras, elas fogem um pouco do que usualmente a administração pública convive, com atrasos, com situações que acabam, às vezes, até tornando uma obra mais cara. Nas instituições financeiras é diferente, especialmente nas internacionais, nós temos prazos a serem cumpridos, metas a serem cumpridas, sob pena até desse recurso ter que ser devolvido. Há necessidade da criação dessa estrutura, isso não é novidade em nível municipal, já foram criados em outros momentos na cidade. Mas hoje, por evidência, há necessidade de nós criarmos essa estrutura,

por ser, principalmente, uma necessidade que urge na cidade de aceleração de investimentos na reconstrução da cidade e da retomada da cidade e melhora da vida das pessoas, dos seus serviços, mas, de forma geral, melhorar a qualidade das pessoas que vivem aqui. Basicamente, a minha fala inicial seria essa, e eu já, de pronto, vou passar ao secretário que é responsável por toda essa gestão complexa, que é o secretário Cezar Schirmer.

SR. CEZAR SCHIRMER: Bom dia, Presidente Nádia, é um prazer muito grande, mesmo que a distância, voltar a esta Casa numa audiência pública sobre um assunto tão relevante. Cumprimento também os demais integrantes desta audiência pública. Quanto tempo eu tenho, Presidente, só para me organizar melhor aqui?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O senhor tem 6 minutos, mas, se a Prefeitura quiser usar 15, eu passo 15 também para o Simpa, bem tranquilo.

SR. CEZAR SCHIRMER: Eu vou tentar ser breve, porque o assunto é realmente bem relevante. Estamos, inclusive, combinando com a Presidente uma exposição sobre esses financiamentos para o plenário da Câmara de Vereadores, até para detalhar exatamente o que é que nós vamos fazer.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Deixo 15 minutos, então, para a Prefeitura e 15 minutos para o Simpa, *ok?*

SR. CEZAR SCHIRMER: Para mim, eu posso, depois, responder às perguntas, não tem problema nenhum, eu prefiro me limitar no tempo. O que eu queria dizer é o seguinte: o valor desses financiamentos na época da assinatura, todos eles assinados em dezembro, exceto um, que ainda estamos em fase de diálogo com o BNDES, são financiamentos internacionais e alguns nacionais, o valor, à época das assinaturas, dava, em reais, R\$ 6,61 bilhões. Grande parte desses financiamentos, sobretudo os internacionais, por óbvio, são em moeda

estrangeira, portanto sofrem variação cambial ao longo do processo da sua execução. São cinco bancos internacionais, eu vou rapidamente dizer o valor: para a Companhia Andina de Fomento são \$ 100 milhões de empréstimo total, o valor do empréstimo é \$ 80 milhões, a contrapartida da Prefeitura é \$ 20 milhões; o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento é \$ 161 milhões, o total do programa, \$ 161 milhões, \$ 128,8 milhões financiados e \$ 32,2 milhões de contrapartida; o financiamento do banco alemão KfW, em euros, € 125 milhões, € 100 milhões do empréstimo e € 25 milhões da contrapartida da Prefeitura; o Banco Mundial e a Agência Francesa de Fomento são € 162 milhões, R\$ 77,76 milhões do Banco Mundial, e da Agência Francesa de Desenvolvimento, € 51,84 milhões, e a contrapartida dos dois, respectivamente, é € 19,44 milhões e € 12,96 para a Agência Francesa de Desenvolvimento. Mais os financiamentos nacionais, que são empréstimos, e uma parte é fundo perdido. Isso dá esse total que eu fiz referência antes. Então o valor e a dimensão desse empréstimo são gigantescos, não há, na história de Porto Alegre, captação de tantos recursos quanto esses que foram assinados até o fim do ano passado, sobretudo em dezembro do ano passado. Eu diria que poucas, se é que existe alguma cidade do Brasil, cidades tenham captado tantos recursos em tão pouco tempo quanto Porto Alegre no governo passado, no governo anterior do prefeito Melo.

Estabelecidos o valor e a dimensão, eu vou também falar rapidamente sobre o significado. Primeiro, esse financiamento tem abrangência de envolver todas as áreas de atuação da Prefeitura – da saúde ao turismo, do esporte à educação e assim por diante, todas as áreas – e, do ponto de vista da área física de abrangência do programa, é praticamente toda a cidade. Na verdade, em função da calamidade, nós tivemos que fazer alteração no segundo semestre do ano passado, porque uma das exigências tanto dos bancos quanto da União, na questão do aval, era que tivesse minimamente alguma vinculação com as áreas alagadas. Então, antes nós tínhamos um destino, digamos, para postos de saúde, recuperação ou construção em algumas áreas da cidade, agora, no financiamento, concentramos mais nas áreas alagadas ou próximas a elas. Esse

detalhamento pretendo fazer na Câmara no dia 7, se acordarmos com a data, Presidente, por isso eu estou falando aqui superficialmente. Mas eu quero dizer que esses investimentos, uma vez realizados, eles mudam a face de Porto Alegre. É uma revolução na cidade, tem um significado gigantesco, sobretudo social, porque dois desses financiamentos se dirigem fundamentalmente à área social, àqueles que mais necessitam, àqueles mais carentes, àqueles que precisam de acesso às ações, aos equipamentos públicos da Prefeitura, e que atingem áreas urbanas, mas não só isso, eu digo o extrato social dos mais carentes, dos mais necessitados, dos mais dependentes do poder público, que são exatamente os mais pobres. Então, nessa linha da relevância desses financiamentos atingindo toda a cidade, atingindo diferentes áreas da população de Porto Alegre e o extrato social mais carente, esses financiamentos são muito complexos, porque envolvem praticamente todas as secretarias do Município e precisam de equipes qualificadas e experientes. E mais, o histórico de Porto Alegre, infelizmente, é de captar bem – não só Porto Alegre, mas do Brasil –, captar bem, mas executar mal. E executar mal significa, muitas vezes, devolver o dinheiro, não aplicar todo o recurso, atrasar as obras, isso encarece as obras, porque o valor de financiamento é fixo, e a Prefeitura tem que buscar novos recursos para complementar aqueles que estavam previstos no cronograma físico-financeiro em função do atraso. Então, essa exigência de qualificação, de profissionalismo e de ter dedicação exclusiva é fundamental, aí a razão desses projetos de lei que estão na Câmara. Dois deles já foram aprovados antes até do financiamento, claro, condicionados à assinatura do financiamento, foram aprovados no ano passado, até o ano retrasado, e três outros que encaminhamos agora, só encaminhamos agora, porque não havia pré-exigência, dos órgãos financiadores, de aprovação prévia da Unidade Gestora do Programa, a UGP, antes da assinatura do financiamento, por isso eles foram agora e não foram antes.

Tento, dessa forma e também de forma muito sintética, estabelecer as questões que aqui estão colocadas nesse financiamento. As Unidades Gestoras são compostas, em tese, por nove pessoas, oito pessoas, dependendo do

financiamento, são especialistas, são técnicos realmente qualificados, isso não é uma decisão da Prefeitura, embora a Prefeitura concorde plenamente com essa decisão e com essa exigência dos bancos de criar unidades gestoras de programas com qualificação específica, com dedicação exclusiva e das mais diferentes áreas: finanças, direito, licitação, obras, portanto, engenharia e arquitetura, fiscalização, especialista socioambiental, especialista em Termo de Referência, em licitação, em desapropriação, especialista em TI, em mobilidade urbana, uma Comissão Especial de Licitação, dentro da DLC, que é o setor de licitação da Prefeitura, porque essas licitações, muitas delas seguem padrões internacionais de exigência, não necessariamente a lei brasileira, e também uma Procuradoria do Município com dedicação exclusiva. Então, a qualificação desses profissionais é exigente. Só para dar uma ideia, o Banco Mundial exige que se mande os nomes, e nós mandamos os nomes, e dois não foram aceitos. E ainda nessa lei, só para esclarecer por último, primeiro, há uma obrigatoriedade nessas leis, obrigatoriedade de, no mínimo, dois servidores da Prefeitura. Por que isso? Porque esses financiamentos que são de alta exigência, de alta performance, eles precisam deixar na Prefeitura um legado de conhecimento. Por isso, é exigência, com a qual nós concordamos, que no mínimo dois servidores da Prefeitura façam parte de cada unidade gestora. E por último, a duração dessas contratações é pelo prazo que durar o financiamento. O financiamento, em geral, tem um prazo de duração de cinco anos. Por isso, a exigência de qualificação específica, dedicação exclusiva, e os prazos têm que ser rigorosamente obedecidos, senão, se nós não gastarmos esse financiamento, significa perdê-los. Daí o motivo da criação dessas unidades gestoras, e essa é a prática comum em qualquer financiamento internacional, seja pelo governo brasileiro, seja pelo governo estadual e seja por governos municipais em cada país. Competência, dedicação exclusiva, profissionalismo, qualificação – isso é fundamental para que nós possamos executar realmente esses financiamentos no prazo certo. (Problemas técnicos no som.) Obrigado a todos, estamos à disposição.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, secretário, foram 15 minutos e 50 segundos. Agora, eu abro o mesmo tempo de 15 minutos para o Simpa. Quem está aqui representando o Simpa, por gentileza?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É o professor Assis Olegário.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Assis Olegário, então, já o estou vendo na tela aqui. Por gentileza, o senhor tem 15 minutos para... O senhor vai dividir com alguém esse tempo, ou não? Sr. Assis, o senhor está com o microfone fechado.

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Primeiro, o meu bom dia a todos e todas.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Só um pouquinho, Sr. Assis. O senhor vai dividir o tempo com alguém, esses 15 minutos, ou não?

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Sim, Comandante Nádia, vou dividir o tempo com a colega, a nossa diretora Cindi Sandri. Então, primeiro, bom dia a todos e todas.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O senhor vai falar quanto tempo? Eu vou marcar o tempo.

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Eu vou solicitar que a senhora, pelos sete, oito minutos, se eu passar, me dá um toquezinho ali. Vou lhe pedir essa gentileza.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ok. A palavra está com o senhor.

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Bom dia a todos e todas. Meu nome é Assis Brasil Olegário Filho, sou professor da rede municipal, funcionário da Prefeitura há alguns anos. Por que o Simpa solicitou esta audiência? Porque ele é um instrumento democrático que está previsto na Lei Orgânica, e os municipais e municipais da época ajudaram a construir a Lei Orgânica. Eu sei que isso é competência, inclusive, recentemente, para ter uma audiência pública, nós conquistamos via judicial, enfim. Sei que o Poder Legislativo tem autonomia para decidir a forma, o método da audiência pública, mas nós, na nossa concepção, preferimos presencial, porque é um tema que envolve as finanças, os recursos públicos da cidade. No mínimo, que fosse híbrido, então, essa nossa colocação e por isso que nós estamos aqui. O que nos chama a atenção nesse projeto é a criação de cargos de comissão. Isso demonstra que a Prefeitura, a situação financeira, que foi preconizada, publicada na Zero Hora, recentemente, anunciada pelo governo e nas minhas negociações, que ela é deficitária, que ela tem problema financeiro, não se comprova. O governo está dando demonstração pública e prática de que tem recursos. Inclusive, nesse balanço, embora apresentasse o déficit, se a gente contar o conjunto das receitas, isso aí o André Coronel, que está aí, não sei se a secretária Pellini, nós mostramos que mesmo todas as receitas no ano passado ocorreram um superávit de R\$ 129 milhões, isso inclusive está na própria publicação do governo. Então, o que nos chama a atenção é que a criação do CCs é criação de despesas, é uma despesa pública. Então, o governo cria uma despesa nova alegando que não tem recursos para cobrir a defasagem salarial, não estou falando de aumento real, estou falando de uma defasagem salarial de 33,4% do conjunto dos funcionários. E mais, nós temos excelentes servidores e servidoras ali na Secretaria Municipal da Fazenda, na secretaria do próprio secretário Schirmer, que fez a exposição, a prata da casa, que poderiam fazer essa função. Não precisaria criar, porque esses CCs são de onde? Vai ser aquele tipo famoso banco de talentos do Marchezan, que ele dizia que viriam *experts* e que não funcionou? Ou a gente vê todo dia, inclusive, um entra e sai de CCs no Diário Oficial; substituição, etc. e tal. Então, para nós, quem deveria conduzir esse

processo, e já houve, embora o secretário falou que é um investimento vultoso, o escritório que dirigiu toda a construção, a captação de recursos da 3ª Perimetral, que foi uma grande obra na época, foi um escritório pequeno. Eu sei disso porque, na época, eles trabalhavam no antigo órgão da despesa da Prefeitura, que é o Gaplan, Gabinete de Planejamento. Não foi contratação de inúmeros CCs. É uma unidade pequena, capacitada, a maioria composta de funcionários públicos concursados, que tocava esse programa. Portanto, a própria aprovação na Câmara de Vereadores, que foi consensual, não vi ninguém ser contrário, porque nós acompanhamos as votações na Câmara de Vereadores, ela foi unânime. E a própria informação do secretário mostra que nenhum órgão financeiro, seja Banco Mundial, seja o Banco Interamericano, seja a Caixa Econômica, seja o Banco Brasil, seja o Tesouro Nacional mesmo, talvez uma coisa estadual, ele não vai dispor recursos para uma prefeitura deficitária que tem problemas financeiros. Ninguém vai querer. Porque, inclusive, a própria contrapartida, os cinco projetos que o secretário elencou, é muito menor do que o financiamento. E o financiamento tem que pagar, mas isso é longo prazo. Então, mostra que a situação financeira da Prefeitura não está na calamidade que, nas mesas de negociações feitas com o Simpa, é alegada. Porque ninguém vai aprovar, nenhum banco mundial vai aprovar um financiamento para uma prefeitura que está com problema financeiro. Ela não vai dar dinheiro, porque exige uma contrapartida que é muito menor do conjunto do financiamento da aplicação do recurso. Inclusive, tem algumas questões muito interessantes nesse financiamento, um é o PAC de reconstrução, que sempre é alegado que o governo federal, não estou aqui defendendo o governo federal, mas que não deu recurso. Ele vai financiar e tem que ter o aval do Tesouro Nacional para esses financiamentos externos, que é a reconstrução da cidade. Recurso para o DMAE, aí o DMAE vai entrar em recurso público, com contrapartida, uma operação em decreto que vai ser feita com recurso público. A questão dessa contrapartida são impostos próprios do Município ou recursos que vêm do governo federal, as contrapartidas. Para privatizar o DMAE, nós vamos usar recurso público depois para entregar à iniciativa privada. É um socialismo ao

contrário, então. Isso não é nem capitalismo, é um socialismo para o privado. Tu socializas o gasto e o lucro vai ficar, uma parcela, para entregar o DMAE, que sempre foi a coroa aqui, dos órgãos. O DMAE, inclusive, se hoje tem problemas, é dessa administração. O DMAE, para quem não sabe, muitas vezes financiava o pagamento do 13º, aí entrava com o IPTU, em janeiro, fevereiro do outro ano, a Prefeitura devolvia. Nós vamos ter a construção de um hospital, o anexo do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, que está ali na contrapartida, são R\$ 200 milhões que foram aprovados, junto com a PPP das escolas, que é a mesma coisa. Nós vamos construir um hospital público para atender aqui, não só nós, e a própria questão da região metropolitana, e que depois vai ser entregue para a iniciativa privada. E nós estamos vendo os problemas que a própria Prefeitura tem que responder com relação a postos de saúde que foram privatizados, parcializados, terceirizados. Eu sou testemunha, o Posto da Bom Jesus tinha um outro atendimento, eu estava na escola ali embaixo, no José Mariano Beck, e houve uma queda de serviço, de pressão de serviço, inclusive reclamação para a Prefeitura sobre essa questão, depois que foi parcerizado. A mesma coisa referente às escolas. A PPP, parceria público-privada, dividida em quatro lotes, para ser depois entregue à gestão da escola... E aí nós perguntamos, inclusive na audiência pública, eu, a Cindi e os outros colegas: mas e aí quem vai gerir a escola? Vai ser o conselho escolar ou vai ser a empresa que vai administrar grande parte da escola, já que o pedagógico era só com nossos colegas, educadores e educadoras, monitores, monitoras, administradores da escola, a secretaria, etc.? Operação de crédito, ninguém é contra operação de crédito, para melhorar as condições de vida da população. Agora, criar CCs, criar uma nova despesa... (Presidente informa que restam sete minutos do tempo regimental.) ...sendo que tem gente qualificadíssima para fazer isso, funcionários da casa competentes, que fizeram concurso, que sempre estão fazendo cursos para se adequar, e aí o governo, nas mesmas negociações, vem dizer que não tem recurso para abrir uma negociação. E fica protelando, protelando, diz que vai ser daqui a 15 dias, para uma perda salarial de 33,04%, que corresponde a quatro anos do governo Marchezan e dois do

governo Melo, que sempre se arvorou dizendo que pelo menos a inflação do ano anterior ele iria pagar. Então, o Melo já está deficitário em dois anos. E essa questão de que começa a criar CC... Hoje, a despesa, para concluir, Presidente, e passar para a colega Cindi, está em torno, dados do governo, fechando dezembro/24, de 40,32%, muito abaixo dos 48% do alerta, muito abaixo dos 51%, que é o limite prudencial, e dos 54%. E aí começa a criar CC e vai dizer que está aumentando o índice de gasto com o pessoal. Claro, cria CC, e aí começa a fazer contratos temporários, que as pessoas vão lá, ficam um ano, faz uma descontinuidade no trabalho... E a senhora que está preocupada, inclusive mobilizando aí para as audiências públicas, a questão, hoje, da educação infantil, é contrato temporário, e, quando a pessoa está se adequando, vai embora, e aí quem é que sofre com isso? As próprias crianças e os adolescentes. Então essa forma do governo agir, nós achamos equivocada. E isso mostra, para concluir, inclusive, os dados... Até vou levar para o secretário Schirmer para ele apresentar esses dados aqui, a capacidade que o governo tem de financiar. Volto a repetir, para concluir: se o governo tivesse problemas financeiros, se estivesse enfocado, a Câmara de Vereadores não ia aprovar de maneira unânime, não vi ninguém votar contra, e não teria possibilidade de financiamento, e o governo federal não daria o aval. Então isso mostra que nós queremos uma negociação séria, porque nós estamos no limite. E o secretário André Coronel, que articula o conjunto do governo sabe disso. Obrigado, vou passar a colega Cindi.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Nove minutos e 44 segundos. A Sra. Cindi está com a palavra.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: *Ok*, muito obrigada. Eu estou aqui agradecendo a possibilidade de nós estarmos aqui nesse momento fazendo esse diálogo, apesar dele ter sido obrigatório e não proposto pela Câmara de Vereadores. Nós estamos aqui, mais uma vez provando, confirmando que a fala do governo municipal, quando diz que dialoga e diz que o diálogo deve acontecer na Câmara de Vereadores, que esse formato é absolutamente insuficiente para que a cidade

conheça o que, de fato, é o projeto de gestão do segundo mandato do governo Melo. Então, deixando registrado aqui a nossa inconformidade com a dificuldade que o governo tem de se apresentar, de fato, como um gestor que quer dialogar. Levando em consideração todas as questões que o diretor Assis colocou aqui para nós, entendo que foi bastante qualificado do ponto de vista dos dados e da análise dos dados que ele apresentou e que ele analisou. Eu quero, para encerrar esse tempo, só fazer duas breves considerações. A primeira delas é que precisa ficar aqui o registro do fato de que, como o Assis colocou, para os mais ricos tem concessão, para os mais pobres tem que pedir dinheiro emprestado. É isso que a população de Porto Alegre, a que precisa do atendimento das políticas públicas não consegue entender. E as concessões pressupõem muito tempo de intervenção na gestão municipal; e eu estou entendendo que não é uma intervenção, é uma proposição, é uma diretiva deste governo municipal, desta gestão desse governo municipal, que é transferir para a iniciativa privada a gestão da cidade. Ontem, inclusive, a secretária Pellini nos colocava argumentos que são absolutamente inconsistentes do ponto de vista da tentativa de confirmação do déficit da Prefeitura. E estão colocados ali pelo Assis vários dados, em que ela diz, inclusive, que hoje o problema é na saúde, a qual a gente sabe muito bem que, inclusive, a bancada governista tem na ambulancioterapia bastante intervenção. Então, para nós, o que está colocado é a concretização disso que eu disse anteriormente, para os mais ricos tem concessão, para os mais pobres tem que pedir dinheiro emprestado para realizar, o que é uma obrigação do Município.

E a última questão eu trago aqui para o governo municipal nesta audiência pública é uma sugestão, uma solicitação, na verdade, não é uma sugestão, é uma solicitação que tenha representação dos servidores do Município no acompanhamento que essas unidades gestoras farão em relação ao desenvolvimento de cada um desses projetos. É de cinco anos o prazo de duração, segundo o que o Cezar Schirmer coloca ali para nós, tem que ter no mínimo dois servidores em cada uma dessas unidades gestoras. Então, aqui, a solicitação pública de que o Simpa participe também da fiscalização disso,

porque, como foi bem dito por ele, para encerrar, quando a gente ouviu da secretária Pellini, na audiência pública que aconteceu na Câmara de Vereadores no ano passado sobre a PPP da Escola Bem Cuidada, quem vai fazer a fiscalização – e eu estou entendendo que esse formato vai ser reproduzido aqui nesses cinco financiamentos – de que quem vai fazer a fiscalização do trabalho é a outra empresa que vai ser contratada para fiscalizar. Então, as unidades gestoras, pelo que eu estou entendendo, é um passo adiante, que quem está emprestando dinheiro quer garantir que ele seja executado conforme o projeto que foi apresentado. Então, aqui, a solicitação ao secretário André, a todos os representantes do governo que chamem o Simpa para compor esse grupo que vai fazer a fiscalização. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Quatorze minutos e seis segundos, muito obrigada pela participação. Pergunto ao diretor se nós temos algum inscrito.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não temos inscrições, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Não temos inscrições. Eu só gostaria de informar que esta audiência pública é marcada pela Presidente da Câmara, o Executivo não se mete em marcações de audiências públicas. Foi marcada no dia 27...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu queria me inscrever.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vereador, o senhor se inscreva, por gentileza, no *chat* que nós temos de vereadores, que eu havia indicado desde o início. Estou aguardando ali a inscrição dos vereadores no Legislativo, que, aliás, a primeira inscrita é a Ver.^a Cláudia. Mas, só para complementar, gostaria de informar que o Executivo não se intromete em nenhuma marcação

de audiência pública, esta audiência pública seria presencial por conta da decisão da Presidente. No entanto, em reunião de líderes, a Ver.^a Grazi, do PSOL, indagou por que seria presencial se a outra havia sido virtual. Eu expliquei que a decisão era única e exclusivamente da Presidente e, como ela gostaria de ter um critério, o critério adotado a partir de agora para todas as audiências públicas será dos líderes. E assim os líderes escolheram que esta audiência seria virtual e como o plenário... Os líderes, que representam todos os vereadores, assim escolheram e esta audiência está sendo virtual. Então, explicado isso, passo a palavra para a Ver.^a Cláudia, que já se inscreveu no grupo Legislatura 2025, como combinado no início desta audiência pública.

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada, Presidente Nádia. Cumprimentar o secretário Schirmer, o secretário André e toda a equipe, e o pessoal do Simpa que também está e que fez a solicitação desta audiência pública.

Acho que é importante essa fala, essa contrapartida, trazendo através do Município as informações necessárias para que tudo fique muito claro, mas eu acho que a representante do Simpa falou o que tinha que ser falado quando ela diz que para os ricos a gente faz concessão e para os pobres a gente pede empréstimo. Isso prova que o Município não tem recurso, porque, se a gente precisa do privado para poder entregar quando não se consegue através de uma concessão e a gente precisa pedir um empréstimo para poder fazer entrega para aqueles que mais precisam, isso prova que o Município não tem recurso próprio para fazer aquilo que precisa ser feito pela cidade, e que a preocupação é muito grande. Como disse o coronel André, nós tivemos uma enchente gravíssima, um evento gravíssimo, onde milhares de pessoas perderam tudo e onde a cidade precisa muito, neste momento, dessa reconstrução. E, como diz o secretário Schirmer, nós teremos um quadro funcional, um quadro de técnicos, de pessoas capacitadas que farão com responsabilidade e com transparência, esse trabalho para que a gente possa entregar a melhor condição para a nossa cidade.

Então, acho que está bem esclarecido. Acho que estão bem pontuados os pontos necessários para que a gente realmente saiba que esse projeto, que vem para a Câmara e que precisa ser aprovado, vai trazer transparência, vai trazer qualidade no atendimento e vai transformar nossa Porto Alegre em uma cidade cada vez melhor. Obrigada pelo que a gestão está fazendo, pela preocupação do prefeito Sebastião Melo para que a gente possa transformar nossa cidade em uma cidade ainda melhor.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Cláudia. O Ver. Jonas Reis se inscreve. Dois minutos.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado pela palavra, Presidente, obrigado aos demais presentes. Queria aqui dizer que é, mais uma vez, triste ter que ouvir a ladainha do governo Melo. Se hoje nós temos que buscar dinheiro de empréstimo, não é para fazer obras novas na cidade, que nós precisávamos estar duplicando, nós precisávamos estar fazendo viadutos, nós precisávamos estar fazendo escolas, postos de saúde em zonas que não têm, por culpa de vocês, irresponsáveis, que não ouviram os técnicos do DMAE, que mandavam fazer as obras de manutenção no sistema de proteção contra as cheias. E me lembro como se fosse hoje: no primeiro dia que começou a alargar o Centro Histórico, tinha um secretário do governo Melo caminhando entre as poças de água; a água vertia do Muro da Mauá, e um secretário caminhava por ali desolado, enquanto os demais membros do governo já tinham fugido para as masmorras, como se diz no linguajar popular.

É lamentável saber que R\$ 180 milhões o governo tinha no ano passado para doar aos empresários de ônibus. E aí, eu pergunto: vendeu a Carris por quê? A preço de banana! E agora quer comprar ônibus com empréstimo de dinheiro federal para entregar para a iniciativa privada! Como assim? Se dizia que não tinha recurso público, por isso que a iniciativa privada tinha que tomar conta. Cadê as tais PPPs para fazer as obras da cidade? Por que agora a Prefeitura,

para proteger a cidade, tem que ir atrás de dinheiro? E dinheiro, né, bastante! Por que agora não tem a PPP? Porque as famosas PPPs só objetivam lucro. Veja o Parque Harmonia, por que a empresa do Parque Harmonia, que ganhou por 20 anos para ganhar lucro com eventos que fazem uma barulhada, incomodam e infernizam as casas de geriatria da zona central, por que essa empresa não doa dinheiro para fazer as obras? Por que a Prefeitura tem que fazer as obras de manutenção e reconstituição das estruturas? É, parece que o público é sempre o salvador.

E o pior de tudo: a população não sabe disso que se passa, porque entrar com uma audiência pública às 10h da manhã, quando todas as pessoas estão trabalhando. Isso é uma irresponsabilidade! Só consegue participar aqui quem, porventura, esteja aposentado ou quem é vereador, quem é vereadora. Por isso que está vazio, por isso que não tem inscrição, por isso que não tem povo, e é por isso que interessa ao governo. O governo Melo quer é voto na urna, ele objetiva voto, ele não quer o povo discutindo, por isso que não manda dinheiro para o Orçamento Participativo. Não colocaram lá no Orçamento Participativo se o povo queria as obras de manutenção ou não no sistema de proteção contra as cheias lá em 2023, quando os técnicos do DMAE diziam.

Então, eu quero dizer que é uma vergonha, todo o governo juntinho para criar CCs, claro, a maravilha dos CCs para os amigos. Quer dizer, não bastam os mais de mil CCs que a Prefeitura tem, divididos entre os partidos, os correligionários, os companheiros. É triste saber que Porto Alegre vai ter aumento de passagem para sustentar lucro de empresário. Porto Alegre tem 7 mil crianças fora da sala de aula porque agora a Prefeitura tem que usar o recurso para fazer as obras. Eu entendo o que tem que fazer e realmente eu me sensibilizo pela população, não pelo governo, porque a culpa de tudo isso é deste governo. Aliás, como é que tinha tanto dinheiro para os escândalos da SMED, que até a secretária de Educação foi presa? Por que o governo não fala? Não fala nas audiências públicas sobre os presos do governo? Tem um minuto ainda? É isso? Então, por que não fala? Agora não tem dinheiro? Dinheiro para o escândalo dos carros-pipa no DMAE. Tinha, e foi gente presa, apreensão de

arma e dinheiro vivo. Então, vocês do governo deveriam ter respeito pelo povo. Está faltando respeito pelo povo, porque virem na audiência pública usar o microfone 15 minutos para falar, enrolar. Aqui vocês não enrolam ninguém. Vocês enrolaram na eleição com o marqueteiro pintando a cidade de chapéu de palha como se a cidade não estivesse sofrendo. Nós vamos continuar enfrentando essa péssima política que não tem transparência com o dinheiro público. Esse é o grande problema. Nós exigimos transparência. E o que vocês colocaram hoje aqui para captação de recursos não tem um item só que vai trazer transparência. Qual é a certeza que eu tenho, como vereador, que esse dinheiro de empréstimo realmente vai ser aplicado para a população? Será que não vai virar novas prisões? Eu até vou consultar a legislação para ver se é possível protocolar CPI *a priori*. Porque eu quero transparência nos recursos públicos. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jonas. Cinco minutos e 45 segundos. Se inscreve a Ver.^a Grazi Oliveira.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Bom dia a todos e a todas que estão acompanhando este momento de debate, que é bastante importante. Toda audiência pública possibilita que a população em geral possa estar contribuindo e trazendo as suas impressões. É importante a gente também refletir sobre este espaço. Eu comungo com a reivindicação do Simpa quando fala da inadequação deste espaço, 10h da manhã, num dia de semana, os trabalhadores e trabalhadoras desta cidade jamais poderiam participar. Seja ela presencial, seja ela híbrida, seja ela de forma *online*. Nós estamos, e vamos seguir na luta, reivindicando que as audiências públicas possam acontecer no horário que a classe trabalhadora possa participar. Essa é a nossa reivindicação, e vai seguir sendo a nossa reivindicação. Este não é o dia e nem o horário para as pessoas que estão fazendo a Porto Alegre andar, que trabalham para fazer a Porto Alegre evoluir, possam participar. Esse é o meu primeiro registro dessa nossa conversa.

Mas eu quero começar fazendo uma reflexão junto ao governo sobre o número mais exato, que eu tenho, em relação aos dados de 2025 sobre os cargos de confiança, que é o número 712. Não é o número de vagas na creche, não é o número de vagas para concurso público para servidores comporem o quadro que está em defasagem no Município, mas é o número de CCs que a Prefeitura tem para 2025 no primeiro trimestre do ano. Então, assim, gente, nós estamos debatendo aqui algo que é muito mais sério e mais profundo. Nós estamos debatendo aqui criação de cargos de confiança, cargos de confiança que não são concursos públicos, que não garantem um servidor, que a gente sabe muito bem qual é o papel do servidor e vamos aqui deixar registrado também. Servidor público concursado tem um papel, além da responsabilidade de cumprir com os ossos do seu ofício, tem o papel também de fiscalizar e denunciar se alguma coisa está errada no governo. Agora, quando a gente deixa de ter servidores públicos e opta por substituí-los por cargos de confiança, esse cargo de confiança é de quem? Ele não é da população. Ele não serve aos favores da população, mas, sim, serve aos favores do governo. O Jonas, que me antecedeu, fez citação de problemas que a gente já viveu com a Prefeitura no governo anterior com a questão da corrupção na educação. A secretária que foi presa era cargo de confiança do prefeito. Ele pode dizer que não estava sabendo, que não tem envolvimento, mas eu parto do princípio que quando eu confio, logo, eu estou colocando alguém de plena confiança a mim, então eu tenho que ter ciência do que essa pessoa está fazendo. Então, eu estou voltando aqui para os números de 2025. Neste momento, com esta proposta de projeto do governo municipal, nós estamos debatendo o aumento de cargos de confiança. Nós estamos debatendo o aumento de CCs no Município, e até março, hoje é 27 de março de 2025, a Prefeitura já está com 712 cargos de confiança. Então, a situação ela é essa. Entendo o projeto quando fala dos programas e projetos que precisam ser seguidos, sejam eles para fazer diferentes mudanças de estrutura, em decorrência do que nós vivemos há quase um ano, nós entendemos a importância dessa captação de recursos chegar, desses recursos serem bem investidos, mas eu também entendo que também é

compromisso da Prefeitura se preparar para isso. E esse projeto traz alguns elementos que eu me questiono. Por que equipes diferentes para três projetos? Nós, e aí eu vou falar da minha realidade como professora, dentro da sala de aula, nós damos conta de tanta coisa ao mesmo tempo e isso nunca foi problema para o governo, nunca foi problema. A gente age e atua em todas as pontas, mas aí agora a Prefeitura está nos apontando uma equipe para cada captação de recurso. Por que a gente não tem uma equipe única para cuidar dos recursos? Esse é um primeiro questionamento.

O outro questionamento é o tempo desses CCs. O que nos garante... qual é o tempo previsto para aplicação desses recursos? Não consta nesse projeto, não consta. Isso pode levar quatro anos, como pode levar muito mais. Qual é a garantia que a gente tem em relação a esse tempo desses profissionais contratados? Porque o projeto diz que essa contratação, esses CCs irão durar, esses cargos, essa contratação vai durar enquanto os projetos estiverem em andamento.

Por fim, acho que é importante a gente destacar, nós estamos completando, daqui a dois meses, um ano de enchente na cidade – um ano. Se era tão importante, tão emergente, por que a gente não se preparou para que a gente pudesse, de fato, ter profissionais da rede, profissionais concursados? Se não houvesse profissionais concursados, capacitados, o que o Município fizesse? Essa política de diminuir, tornar o estado mínimo, isso faz com que quem seja diretamente prejudicado é a população, porque o papel do servidor público é, sim, poder cuidar e fiscalizar pela cidade. E o papel da comunidade é, sim, poder confiar no servidor público. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Grazi. Seu tempo ficou em 6 minutos e 16 segundos. Não tendo mais nenhum vereador inscrito no nosso grupo de vereadores, não tendo mais ninguém inscrito, diretor, temos alguém inscrito da sociedade civil?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, Presidente, não temos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Passo a palavra, então, ao Simpa, que terá 10 minutos para considerações finais, e, depois, 10 minutos à Prefeitura. A gente sempre inverte, como combinado. A Sra. Cindi Sandri, do Simpa, está com a palavra.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Nós vamos dividir novamente. Eu vou pedir que o Assis inicie – pode ser, diretor? –, porque nós temos um compromisso em seguida.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Então, serão cinco minutos para cada um. Eu informo nos cinco minutos.

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Esta audiência pública reforçou a nossa... (Problemas na conexão.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Eu vou começar novamente a contar o tempo aqui.

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Tá bom, obrigado. Então, assim, as falas, eu reitero, nenhum Banco Mundial, nenhuma instituição financeira, e a gente sabe que os critérios são rígidos, vai aportar, vai aceitar uma operação de crédito por financiamento, se a Prefeitura não tiver recursos, se ela não tiver uma solidez. Aí vai dizer: “ah, mas foi a gestão Melo”. Lembrar que os funcionários da Fazenda, os funcionários do planejamento orçamentário, eles têm muito contribuído nisso, certo? Então, mostra que o governo pode abrir uma negociação sem tergiversar, sem procrastinar e jogar cada vez mais ao longe. Eu quero dizer que a categoria municipal, ela tem sido muito paciente, porque nós estamos discutindo coisas de 2023, compromissos assumidos pelo governo,

como começar a pagar as progressões 14-16 e abril 16-18, recuperar as perdas salariais. Volto a reiterar: o Melo disse que não tem nada a ver com o Marchezan. A gente sabe que na maioria dos partidos, a base é a mesma, não vamos nos iludir aqui, uma coisa é um discurso para a imprensa, a outra é a realidade, mas mesmo aquilo que ele disse que ele ia cumprir, ele já está devendo a inflação de 2023 e 2024, ou seja, nós estamos em uma corrosão. Está havendo um feito inédito, eu nunca vi isto: demissões; as pessoas entram no concurso, principalmente na área da educação, e se exoneram. Como é que querem aumentar o IDEB? Inclusive os próprios contratados, eles acabam... Porque Cachoeirinha, Gravataí dão melhores condições de trabalho, inclusive uma perspectiva de plano carreira. Em 2019, o nosso plano de carreira foi acabado, ele foi retalhado, sobrou pouquíssima coisa, inclusive a iniciativa privada tem planos de carreira que o funcionário sente que vai ter uma progressão funcional. Então nós gostaríamos, ao usar esse espaço, além da vigilância, porque além de servidores e servidoras, nós temos responsabilidade sobre o recurso público, nós também somos cidadãos e contribuintes, nós contribuimos. Eu já paguei meu IPTU, fiz o meu esforço, já paguei meu IPTU em cota única, ainda em dezembro, logo que chegou a guia. Não sonego imposto; a maioria, quem sonega imposto, a gente sabe que são os de cima. E o governo, se acha que tem despesa, que ele reveja as políticas de isenções e financiamentos como, volto a reiterar, o André Coronel já sabe o exemplo que eu vou dar: isenção de imposto para a Fraport, uma multinacional alemã, que ainda recebeu uma montoeira de dinheiro do governo federal para a reconstrução do aeroporto. Então, é isso, nós queremos que o governo abra uma negociação, porque foi deliberado na assembleia, e o governo já foi informado, já isso saiu no Diário Gaúcho – a gente fez tudo conforme a legislação manda, nós tivemos uma greve dia 20, que, inclusive, reuniu em torno de 1.500 pessoas na frente do Paço Municipal com uma caminhada –, e nós temos marcada de novo para o dia 1º de abril, sendo dia 2 uma assembleia. Então o governo sabe que nós temos sido muito pacientes. Sabemos que houve uma enchente, sabemos que houve uma pandemia no primeiro governo, mas nós temos... Quem presta o serviço para a

população, e quem se prejudica é o próprio governo, que tem cada vez mais reclamações, e que foi eleito, ganhou legitimamente, nós não contestamos as urnas, não somos golpistas, mas ganhou legitimamente. Agora, se contar os votos da Rosário, principalmente os brancos, nulos e abstenção, foi um voto minoritário, ele governou com a anuência do voto minoritário, porque as pessoas hoje se abstém, e uns vão lá votar por obrigação, branco e nulo, é mais de 40%. Então, isso é um alerta para o governo, ou ele negocia de uma maneira correta, séria e não fica tergiversando... Eu estou falando séria no sentido do caráter individual de cada pessoa, com uma proposta séria, com a anuência do prefeito e, se possível, o prefeito na reunião, ou vai continuar acontecendo, ele vai ter prejuízo no atendimento na ponta. Porque esse rodízio de falsas cooperativas, empresas que depois deixam o próprio governo na mão, culpam o governo que não recebem e aí deixam os funcionários terceirizados sem pagamento, sem 13º, sem Natal e sem férias, isso, na educação, é uma barbaridade. Nós temos funcionárias que... A empresa diz que não tem mais condições, que não recebe do governo, o funcionário... E aí aparece em outra empresa, inventa outro CPF, e os funcionários terceirizados da cozinha e da limpeza ficaram anos sem férias, isso é uma coisa ridícula. Então o governo...

PRESIDENTE COMANDANTÉ NÁDIA (PL): Cinco minutos.

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: É isso, obrigado.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Mais cinco minutos para mim, então? Eu, aqui, na minha condição de, atualmente, diretora-geral do sindicato, sou professora aposentada da rede municipal, quero dizer que já cansamos de ouvir esse governo. Já passamos por vários governos, conhecemos o perfil de cada um dos que passaram, e este é o segundo mandato do mesmo governo, que, há quatro anos, e agora alguns meses, governa a cidade de Porto Alegre. Nós já cansamos de dizer para este governo que o que ele fala não combina com o que ele faz. O discurso desse governo é o discurso do diálogo, o discurso desse governo é um

discurso humanitário, é um discurso de acolhimento e de inclusão, e o que ele faz é exatamente o contrário. Quando eu falo que os mais ricos têm concessão e os mais pobres têm que pedir dinheiro emprestado, não fui eu que inventei isso, não, é o que o governo faz cotidianamente, arruma o que está estragado, que pode gerar lucro, gasta muito dinheiro fazendo essa arrumação para entregar para a iniciativa privada, para os seus parceiros que apoiaram e que garantiram os votos para que ele pudesse estar nesse segundo mandato, como diz o Assis, legitimamente, para que possa ter lucro a partir de uma concessão que só tem a possibilidade de continuar existindo se esse concessionário continuar tendo lucro; quando ele deixar de ter lucro ele devolve para o governo e diz: “Não quero mais.” Quantas vezes mais vamos ver isso acontecer? Inclusive desde a gestão do governo Marchezan e algumas anteriores, isso vem acontecendo sucessivamente. Olha o que ele fez com a Carris, olha o que está acontecendo com os ônibus pegando fogo pela cidade, e agora tem que aumentar o valor da passagem porque os concessionários não conseguem abarcar com a manutenção desses equipamentos, sendo que ele comprou um monte de ônibus novos para entregar para privatização, para os concessionários. Então, a conta é essa, para os mais pobres não sobra dinheiro, tem que pedir dinheiro emprestado. E aí o pedir dinheiro emprestado também é nessa condição, é por muitos anos de dívida, e a fiscalização não é feita pelo Município para que seja realizado de forma correta e coerente o que foi contratado, a fiscalização é feita por outra empresa contratada. O município de Porto Alegre não tem mais servidores e servidoras em quantidade para fazer esse processo fiscalizatório de constituição, de construção de projeto para execução porque há uma vontade política desse governo de que isso não seja feito por servidores de carreira do Município, até porque carreira nem tem mais. Então é, sim, uma decisão da gestão, é, sim, uma decisão política da forma de gerir a cidade, e nós vamos continuar dizendo que, antes da pandemia, como o próprio Cezar Schirmer diz, antes da pandemia e da enchente, já existia muita situação precária na cidade em termos de atendimento das políticas públicas para a população que tem mais necessidade. Nós estamos pagando

politicamente para ver se de fato isso que está sendo contratado agora vai gerar a condição para abrir o complexo lá, por exemplo, da Vila Elizabeth. Vão lá olhar! Quem estiver nos assistindo, vão lá olhar para ver como é que se dá assistência social, como é que se dá o atendimento lá no centro comunitário, como é que se dá o atendimento do posto de saúde que está até agora em um contêiner, pendurado lá na calçada, como é que está o atendimento dentro da escola. Esse é um exemplo, eu posso dar tantos outros mais, mas o tempo não me permite. Esse eu entendo que é o mais emblemático, diferente da escola Liberato, em que os amigos do governo Melo foram lá e fizeram uma reforma que é absolutamente fora do contexto, fora do contexto. Se vocês entrarem na Escola Municipal de Educação Básica Doutor Liberato Salzano Vieira da Cunha, hoje, na Zona Norte, no Sarandi, vocês não vão enxergar ali o reflexo do que é o conjunto da rede municipal de Porto Alegre. Tem escola que até hoje está esperando para ligar o ventilador, porque não tem rede elétrica, fora todas as outras questões que inclusive se referem à quantidade de profissionais que ainda faltam dentro da escola e que o governo, para precarizar mais ainda, terceiriza, privatiza, como está acontecendo com a inclusão dos alunos, que está uma tragédia na rede municipal. Então, para a nossa conta, a situação é a seguinte: nós não acreditamos mais no que o governo fala, nós queremos saber o que o governo faz. E se ele vai, como o Assis diz, continuar nos enrolando nessa data-base, quando o Melo disse que pelo menos o ano civil ele pagaria. Faz dois anos que ele não faz isso. E a gente sabe, como está bem dito aqui pelo Assis e tem possibilidade de comprovar, e não é através das telas que a secretária da Fazenda vai apresentar para vocês, que tem recursos, sim, tem dinheiro, sim. A questão é, qual é a prioridade que é dada pelo governo para colocar esse dinheiro que tem superávit da Prefeitura. Com certeza não é nas políticas públicas, com certeza não é na qualificação e na valorização dos municipais e municipais de Porto Alegre. E nós vamos continuar denunciando e nós vamos continuar na rua dizendo para a população por que a cidade está desse jeito. É isso, muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, falou por 5 minutos e 50 segundos. Passo a palavra agora para o Executivo, que terá também 10 minutos para as considerações finais.

SR. CEZAR SCHIRMER: Bem, Sra. Presidente, senhores integrantes do Simpa e desta audiência pública; eu me preparei para discutir um projeto de lei, que é a razão de ser desta audiência e, eventualmente, os financiamentos e achei que discutiríamos isso e eu percebi que a discussão foi, fundamentalmente, de natureza política. E essa discussão tem que ser travada no âmbito da Câmara, entre os vereadores, não comigo. Há muito tempo que eu já não discuto política, felizmente. Agora, eu vejo aqui os assuntos que foram colocados: parcerização do DMAE; questão do Hospital Materno Infantil – estão previsto melhorias –, não estamos discutindo um novo hospital, que é um projeto do governo, mas não está sendo discutido. Ouvi PPP das escolas, também não tem nada a ver com esse financiamento. Aliás, PPP, o governo federal também faz, os governos estaduais fazem. Está na legislação, é um instrumento de gestão. Bom, pode ser contra, mas a posição deste governo é a favor e foi aprovado nas urnas. Salário dos servidores, também não me diz respeito esse assunto. Ao menos não diz respeito a esta audiência pública. E, depois, o número de CCs. Bom, se o Simpa é contra os CCs, tem que propor uma legislação em Brasília, extinguindo os CCs dos governos federais, estaduais e municipais. Não tem problema nenhum. É interessante essa discussão, mas não nesta audiência pública. Depois falou de isenção de impostos, concessão para os mais ricos, dívida, endividamento. Por que não se fala também da dívida de R\$ 8 trilhões do governo federal, para engordar o lucro dos bancos? O Brasil é o paraíso dos bancos, e não vejo ninguém falar nesse assunto. Eu não quero entrar nessa discussão política porque ela não leva a nada, absolutamente a nada. Nós estamos tratando de um financiamento internacional e nacional para melhorar a vida dos porto-alegrenses. Se há na legislação que está aí na Câmara, o projeto de lei, alguma dúvida, nós estamos aqui dispostos a esclarecer qualquer dúvida. Esse é o nosso propósito, aos vereadores e a quem queira na sociedade. E também não

é verdade que falta transparência ao governo Melo. Isso é uma inverdade inaceitável. Eu repilo isso em nome do governo com o maior vigor e a maior intensidade. Absolutamente isso não é verdade. Este projeto está aí, os financiamentos estão disponíveis. Recentemente, estive quatro horas conversando com o Conselho de Orçamento Participativo, ofereci à Presidente da Câmara, para ir à Câmara, falar sobre os financiamentos, a Presidente é testemunha disso. Portanto, ninguém tem condições de dar aula de transparência ao governo Melo. Ninguém. Isso eu falo com entusiasmo, vigor e firmeza. Ninguém. Nós não vamos entrar nessa discussão política nesta audiência pública, sob pena de trazer questões nacionais que não são do meu interesse neste momento. Quero ainda dizer que os servidores da Prefeitura, e por iniciativa da Prefeitura, por lei, estarão obrigatoriamente integrando essas unidades gestoras. E quando se fala em CC, a legislação municipal, o CC pode ser para servidor ou para pessoas de fora da Prefeitura. Portanto, no mínimo, dois servidores estarão nessa unidade gestora. E eu tenho certeza de que certamente será em maior número ainda. Então, também essa argumentação não procede. E, por último, a questão do prazo. É o prazo que durar o financiamento, o prazo estabelecido no financiamento é de cinco anos, mas, eventualmente, pode ter prorrogação de seis meses, três meses, um ano no máximo. Então, é por isso que está ali no prazo que durar o financiamento. Está claro, os servidores que serão chamados, quando terminar o financiamento, eles serão dispensados. Pronto. Não onera a Prefeitura. Esta é uma contratação diferente para este financiamento. E nós não estamos aqui para discutir situação financeira do Município, senão não deveria estar presente aqui o secretário da Fazenda. Excepcionalmente este ano, estamos tendo dificuldades, porque as dificuldades decorrentes da inundação. A Prefeitura gastou muitos milhões e milhões e milhões de reais na recuperação da cidade, seja das regiões alagadas e seja das pessoas que perderam muitos de seus bens. A Prefeitura isentou imposto. A Prefeitura isentou no mínimo uns R\$ 200 milhões das pessoas que tiveram os seus bens, a sua moradia com problemas nas regiões alagadas, e isso obviamente reflete na arrecadação deste ano. É só olhar o que está

acontecendo na arrecadação, tanto do IPTU quanto do ISS e quanto aos demais impostos que são arrecadados pela Prefeitura. Então essa discussão não é agora, nem aqui, aqui é para discutir o projeto de lei e o financiamento; o que eu gostaria de discutir sim, o quanto este financiamento beneficia os pobres. São obras necessárias às pessoas carentes de Porto Alegre, e que o prefeito Melo decidiu fazer um financiamento internacional com um juro bem baixo, com longo prazo para pagar, exatamente para antecipar obras e ações que deveriam ser feitas, e seriam feitas ao longo do tempo, mas antecipar para melhorar a vida das pessoas pobres de Porto Alegre. Eu imaginei que ouviria aqui elogios ao prefeito, por essa preocupação que ele tem com a inclusão social, com as pessoas mais carentes e mais necessitadas. E ouvi, sim, um discurso político irrelevante, sem significação, que não interessa ao povo de Porto Alegre, porque o povo de Porto Alegre não quer saber quem governa, qual é o partido, qual é a ideologia, quer saber sim quem está preocupado com o povo de Porto Alegre, e o prefeito de Porto Alegre está sim preocupado com o povo de Porto Alegre, sobretudo o povo mais carente. Ainda eu gostaria de dizer que esse financiamento tem aprovação – esses financiamentos – do Senado Federal, do governo federal, da Secretaria do Tesouro, do Ministério Federal, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Os contratos estão assinados; o governo federal, que é o avalista, a Prefeitura de Porto Alegre, que é o tomador, e os bancos que financiam. Isso está à disposição, com absoluta transparência, aqui não se esconde nada, e os servidores da Prefeitura vão fiscalizar, porque nós vamos criar uma unidade gestora especificamente para esses financiamentos, uma unidade gestora não, uma unidade da controladoria. Nós vamos ao Tribunal de Contas pedir que nos ajudem a controlar esses gastos, seja pelo volume e seja pela importância. A Procuradoria do Município vai ter um procurador dedicado especialmente a esta atividade, a este financiamento e assim por diante. Então, a ninguém é dado o direito de previamente contestar um financiamento, sobretudo a sua transparência. Eu repilo essa manifestação como ridícula, agressiva e desrespeitosa, tanto a mim, que sou o coordenador desse financiamento, quanto à administração municipal. E eu não estou aqui

para discutir corrupção passada, e se for para discutir isso, teríamos bons argumentos para discutir, porque não tem o ladrão que eu gosto e o ladrão que eu não gosto. Bom, não vou falar sobre esse assunto.

E, por último, um dos vereadores disse que o governo estava aqui fazendo uma ladainha, como fui eu que falei, o Coronel, eu não sei se ele sabe, ladainha é uma oração católica e, portanto, nós não fizemos nenhuma ladainha aqui. Ladainha eu vou fazer hoje à noite para melhorar a qualidade dos políticos do Brasil, porque, infelizmente, essa audiência pública, querida Presidente, eu vim entusiasmado com ela para prestar contas, para informar, para dar transparência, para dizer onde é que nós vamos investir os recursos, para fazer que nós pudéssemos cumprir todos os prazos, e as indagações foram superficiais e irrelevantes. Eu digo isso com o maior respeito, com o maior carinho, porque eu fui, ao longo da minha vida pública, mais de 50 anos homem público, portanto, eu tenho muito apreço pela política, que é a realização do bem comum e da transformação da sociedade, que é o que o prefeito Melo tem se dedicado diuturnamente, ao contrário desses discursos que só são infamantes, agressivos e desagradáveis. Obrigado. Desculpe a minha sensibilidade, mas eu realmente não gostei da audiência pública, e eu digo isso com muita tristeza, porque eu sou um homem da política, acredito na política, acredito na informação plena e acredito na transparência. Muito obrigado, Presidente; obrigado, vereadores.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, secretário Schirmer, 9 minutos e 24 segundos. Em vista de todos os atores terem falado, diretor legislativo, eu dou por encerrada. Se tiver mais alguma coisa, o senhor me comunica.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nada mais.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Tudo certo?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Tudo certo, Presidente, nada mais.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Nada mais sendo necessário falar nesta audiência pública, está cumprido o rito da audiência pública, o projeto já está pronto para ser votado no próximo dia 31 de março. Muito obrigada. Está encerrada a audiência pública. Teremos nova audiência pública às 14 horas, virtual, por decisão da maioria, os líderes escolheram. Muito obrigada, senhores; um bom dia.

(Encerra-se a audiência pública às 11h21min.)